

## Otimismo na chegada da reforma tributária

Nada impede o Legislativo de votar este ano a reforma tributária e conduzir ao mesmo tempo a CPI dos Cartões Corporativos. A afirmação foi feita pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves, logo depois de receber do ministro da Fazenda, Guido Mantega, a proposta de reforma elaborada pelo governo. Mantega disse que o projeto encontrou boa receptividade no Congresso. **Página 3**



Garibaldi (D) e parlamentares recebem Guido Mantega no Congresso

## Polêmica marca votação do Orçamento

A comissão mista concluiu a votação do Orçamento deste ano em meio a polêmica. Garibaldi defendeu mudanças no colegiado, que aprovou um anexo de metas com R\$ 534 milhões para obras a partir de emendas parlamentares. Arthur Virgílio solicitou a retirada da CMO de todos os senadores do PSDB. José Maranhão disse que os integrantes da comissão agiram “com absoluta lisura e legalidade”. **Página 5**

## Sauditas oferecem oportunidades a brasileiros, afirma embaixador

A Arábia Saudita proporciona a empresas brasileiras “oportunidades crescentes” em setores como energia e telecomunicações, afirmou ontem Sérgio Luiz Canaes, cuja indicação para o cargo de embaixador em Riade recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A designação ainda será submetida ao Plenário do Senado. **Página 7**



Canaes, Maria Auxiliadora, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Débora Vainer na CRE

## PSDB admite pedir CPI exclusiva do Senado

Se não for cumprido o acordo que garante ao PSDB a presidência da CPI mista dos Cartões Corporativos, a oposição vai cobrar a instalação de CPI no Senado. Foi o que disse Arthur Virgílio, diante da resistência de deputados petistas. **Página 2**



## CCJ ainda busca consenso nas regras sobre eleição de suplentes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ainda busca acordo para votar novas regras sobre a escolha de suplentes de senadores. Proposta de Demostenes Torres que consolida sete projetos sobre o assunto gerou prolongado debate na comissão, que pretende fazer uma segunda rodada de discussão antes de votar a matéria, no próximo dia 12. **Página 4**



Maciel (E) na CCJ: apelo a Demostenes para que elabore uma proposta de consenso

Senador afirma que vai cobrar a palavra empenhada pelo líder do governo na Casa, Romero Jucá, e pelo ministro das Relações Institucionais, José Múcio

## Se acordo não for cumprido, PSDB pedirá CPI no Senado, diz Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), disse ontem que vai cobrar em Plenário a palavra empenhada pelo líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e pelo ministro das Relações Institucionais, José Múcio, no acordo que cedeu ao PSDB a presidência da CPI Mista dos Cartões Corporativos. O partido indicou para presidente da comissão a senadora Marisa Serrano (MS).

– Nós queremos apurar. Se sentirmos que essa lengalenga não pára, a gente apura no Senado – alertou.

### Manobra

Para Virgílio, o protesto da bancada do PT na Câmara não passa de uma manobra para postergar as investigações. Ele frisou que a oposição entra com boa-fé numa CPI mista onde é minoria, mas, observou, “é preciso haver cumprimento de palavra, decência e generosidade” por parte dos outros interlocutores.

– Houve um acordo, e acordo você cumpre até quando dói. Você não tem que ficar roendo



Arthur Virgílio reage a protesto da bancada petista na Câmara

a corda. Isso passa a imagem de personalidade frágil e pouca convicção. Se o PT for apoiado pelo restante do governo nessa quebra de compromisso, nós instalaremos a CPI do Senado e sou favorável a participarmos da outra. É tudo o que eles não queriam e é tudo o que eu terei que fazer.

### Reforma tributária

O senador também disse que a oposição está disposta a fazer a reforma tributária, mas tem algumas desconfiças. Ele lembrou que, quando a oposição negociava



Marisa Serrano foi indicada pelo PSDB para presidir a CPI mista

a CPMF, os governistas diziam que não daria tempo para a reforma tributária pela proximidade das eleições, “mas agora acham que dá tempo em quatro meses”.

– Justamente na hora em que tem tanta denúncia, duas CPIs, uma entrando em ação e outra começando sua fase mais ativa. Não sei se é uma jogada: se não der certo, jogam o povo contra o Congresso. Mas, pode até haver boa intenção e, havendo boa intenção, nós discutiremos para valer uma reforma tributária.

## Rosalba critica uso de cartão em passagem e hospedagem

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que o sistema de despesas com cartões corporativos não pode continuar. Em sua opinião, não é possível “que gastos com passagens aéreas e hospedagem se excluam do dever da licitação a que acorram, em igualdade de condições e em busca de melhor preço, as empresas e agências especializadas”. Ela também não concorda que, em nome e em defesa do uso de cartões corporativos, “ocultem-se gastos da fiscalização universal, pública e restrita”.

– Não é lícito, razoável e legal que as despesas com manutenção corriqueira de palácios e residências oficiais não possam prever suas necessidades com a antecedência necessária, de forma a possibilitar a licitação prévia. E é espantoso que uma ação governamental cuja essência é o planejamento e a metódica e inteligente busca de informações, qual seja, a segurança de autoridades, não se faça com a previsibilidade de gastos e provedores – protestou.

De acordo com Rosalba Ciarlini, deve-se impor à CPI “o dever de tudo investigar, sem limitação alguma, quer de



Para Rosalba, sistema de despesa com cartões não pode continuar

matéria, quer de tempo, quer de pessoa”.

– Não se podem alegar razões genéricas e abstratas para negar a divulgação de qualquer despesa que seja – disse.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) propôs “uma cruzada”.

– O senador que evita quebrar um sigilo bancário, o senador que esconde um depoente que é chamado, Conselho de Ética nele. Ele está ferindo o decoro parlamentar porque está impedindo a instituição de apurar um roubo. Mete esse senador no Conselho de Ética, cassa o mandato dele – sugeriu o parlamentar.

## Garibaldi afirma desconhecer impasse sobre comissão

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse ontem não ter sido informado sobre um possível novo impasse nas negociações para a instalação da CPI Mista dos Cartões Corporativos.

– Até agora, não fui informado a respeito do rompimento do acordo. Pelo contrário, quando

esteve aqui, pela manhã, o senador Romero Jucá [líder do governo na Casa] me disse que estava tudo bem – comentou.

Na quarta-feira, o PMDB – que havia escolhido para a presidência da comissão o senador Neuto de Conto (PMDB-SC) – decidiu entregar o cargo ao PSDB, que

indicou Marisa Serrano. No entanto, a bancada do PT na Câmara não teria ficado satisfeita com o resultado do acordo.

Garibaldi informou que irá aguardar a indicação dos integrantes da CPI Mista pelos líderes partidários até a próxima terça-feira

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário realiza sessão não-deliberativa

Às 9h, sessão não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Adelmir Santana (DEM-DF), Valter Pereira (PMDB-MS) e Heráclito Fortes (DEM-PI).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciél da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

**Diretor do Jornal do Senado:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Alvaro Dias, Gerson Camata, Jayme Campos e Mão Santa



Pressão sobre Congresso é inaceitável, critica ACM Júnior

## ACM Júnior aponta desrespeito e rejeita pressão

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) considerou “desrespeitosas” com o Poder Legislativo declarações feitas pelo presidente Lula em reunião com empresários na quarta-feira. O presidente, ao cobrar do Congresso a discussão e a votação da reforma tributária ainda este ano, disse que, se o governo pudesse, implantaria as mudanças por decreto. Como a proposta nem sequer tinha sido apresentada aos parlamentares, o senador classificou a fala presidencial como tentativa de pressão – “e isso é inaceitável”.



Alvaro suspeita que proposta de reforma seja manobra do governo

## Alvaro teme desvio da atenção das investigações

Alvaro Dias (PSDB-PR) disse temer que a proposta de reforma tributária enviada pelo governo seja uma manobra para evitar que as atenções se voltem para a CPI que investiga as organizações não-governamentais e a que investigará o uso de cartões corporativos. Ele, porém, defendeu a reforma.

– O país precisa de um modelo tributário moderno, que nos aproxime dos países mais desenvolvidos. Estamos em desvantagem, sobretudo no comércio exterior, já que somos sufocados por tributos – afirmou.

“O governo está disposto a promover uma reforma em que todos possam ganhar, em que todos possam se colocar melhor diante da estrutura tributária do país”, assegura presidente do Senado

# Garibaldi afirma que há condições de votar reforma tributária e conduzir CPI

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou ontem que, havendo vontade política, nada impede o Legislativo de conduzir ao mesmo tempo a reforma tributária e os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Cartões Corporativos. Ele fez a declaração após encontro, na manhã de ontem, com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que trouxe ao Congresso a proposta de reforma elaborada pelo governo.

Garibaldi definiu a proposta como “uma aspiração de toda a sociedade brasileira, de todos aqueles que se constituem em produtores de riquezas, entre eles os próprios trabalhadores”. Disse que todo o país sente a necessidade de uma mudança no sistema tributário e que o momento adequado para executá-la é agora, quando o Brasil está crescendo e tornando-se mais apto a atender ao aumento da demanda por maior distribuição de renda.

Indagado por um jornalista sobre a razão por que essa reforma, que não andou nos últimos anos, andaria agora, o presidente do Senado respondeu:

– Andará exatamente em razão do momento em que vivemos. Em casa que não tem pão, todos falam e ninguém tem razão. Mas agora, não. Agora o governo está disposto a promover uma reforma em que todos possam ganhar, em que todos possam se colocar melhor diante da estrutura tributária do país.

### Quórum

Garibaldi Alves reconheceu que,



Garibaldi (D) recebe de Mantega a proposta de reforma, “aspiração de toda a sociedade”

no segundo semestre, poderá haver dificuldade de quórum para votações, mas assegurou que o Congresso pode, a partir de agora, dedicar-se a um esforço de votação até agosto.

– No segundo semestre, nós teremos condições de trabalhar até o final do mês de agosto. Há condições de realizar sessões. O problema é mais de vontade política que da eleição municipal. Se os congressistas tiverem vontade de fazer uma reforma, a eleição não vai atrapalhar.

Na entrevista, o presidente do Senado manifestou sua certeza de que há tempo para o Legislativo conduzir, dentro do

prazo, as investigações da CPI dos Cartões Corporativos, cujos integrantes ainda precisam ser indicados pelos partidos políticos. Indagado sobre até quando esperará que as legendas indiquem esses nomes, Garibaldi Alves respondeu:

– Eu vou aguardar até terça-feira [dia 4], no máximo, para que os partidos façam as indicações. Eu acredito que o acordo feito entre os partidos vai ser respeitado, pelo menos foi isso que nós ouvimos ontem [anteontem] de Arthur Virgílio [PSDB-AM]. Também não vejo como a Câmara poderia deixar de contribuir para essa CPI mista.

## Mantega diz que proposta tem boa receptividade

A proposta de reforma tributária está tendo boa receptividade no Congresso Nacional porque interessa a toda a nação e não somente a um partido político ou ao governo. Foi o que disse ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, após a entrega oficial ao presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, do texto da proposta de emenda à Constituição (PEC) que tem por meta simplificar o sistema tributário, principalmente sobre produtos e serviços.

O ministro destacou um ponto que considera importante na reforma elaborada pelo governo, que já começa a tramitar no Congresso: o fim da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre bens de capital. Atualmente, a alíquota varia de 3% a 7,6%.

Guido Mantega também acenou com possíveis mudanças nas alí-

quotas do Imposto de Renda, com o objetivo de “desonerar alguns setores da sociedade”. Mas não anunciou os valores, limitando-se a dizer que o governo “está estudando as alterações”.

O presidente do Senado, que também falou à imprensa, previu que o texto da reforma tributária será aprovado “até agosto”. Indagado se as eleições municipais de outubro não seriam um empecilho para a aprovação da matéria, Garibaldi foi claro: a reforma interessa a todos – população, parlamentares e governadores.

Para o ministro, o Senado terá “importância decisiva” na aprovação da PEC. Ele lembrou que compete à Casa fixar as novas alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

### Desoneração

O texto oficial da proposta não

foi distribuído aos jornalistas. Mas Guido Mantega já havia apresentado, durante a semana, a parlamentares, empresários e sindicalistas, os principais pontos da reforma. Ele destacou a desoneração da folha de pagamento, com o fim da alíquota de 2,5% do salário-educação, e a redução, de 20% para cerca de 15%, da contribuição patronal para a Previdência Social.

Naquela oportunidade, o ministro também havia colocado em relevo a unificação de parte dos tributos que incidem sobre a produção, dentro do chamado Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F); e alíquota única para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com um detalhe: o tributo seria cobrado no destino e não mais na origem, como ocorre atualmente. Com isso, acredita Guido Mantega, a chamada guerra fiscal chegaria ao fim.



Governo tem criado, com MPs, cenário desfavorável, diz Agripino

## Agripino receia falta de empenho para aprovação

O líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), declarou-se preocupado com a possibilidade de o Executivo não se empenhar pela aprovação da reforma tributária. Na avaliação do senador, além do cenário inoportuno existente atualmente no Congresso – devido ao excesso de medidas provisórias e das investigações em curso –, “o recuo com relação à proposta inicialmente defendida, de desoneração da folha de pagamento das empresas, é um indicativo relevante da falta de determinação do governo”.



Gilvam: texto de Lula demonstra “vitalidade das instituições”

## Gilvam aplaude “coragem” de Lula e relê mensagem

Gilvam Borges (PMDB-AP) aplaudiu a “disposição e coragem” do presidente Lula de integrar a América Latina, “colocando o país na rota do desenvolvimento”. O senador releu ontem em Plenário a mensagem presidencial encaminhada ao Congresso na abertura do ano legislativo.

O parlamentar solicitou o encaminhamento da íntegra da mensagem a todos os senadores. Em sua avaliação, a manifestação do presidente demonstra “sinais da vitalidade” das instituições brasileiras.

Geraldo Magela



Zambiasi: há distritos distantes até mil quilômetros da sede

## Zambiasi pede votação neste ano de emenda sobre criação de municípios

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu aos senadores que votem, ainda este ano, a proposta de emenda à Constituição (PEC 13/03) que estabelece normas para a criação de novos municípios no país, proibida desde 1996. Cumprida essa etapa, a matéria seguirá para a Câmara dos Deputados.

Zambiasi ponderou que, nesses 12 anos de proibição, alguns

distritos do país cresceram e se desenvolveram tanto que já deveriam ter-se transformado em municípios. Fora isso, existem casos de distritos com população elevada que se encontram distantes até mil quilômetros da sede, como ocorre com Lagoa do Céu, pertencente a Altamira, no Pará.

—O prefeito de Altamira demora uma semana para ir de carro da

sede municipal ao distrito. Ele precisa de 15 dias para ir e voltar! Isso não pode continuar — afirmou.

O senador comentou ainda que 24 municípios chegaram a ser criados no período em que o Congresso aprovou a emenda constitucional que suspendeu os processos para criação de novas unidades. Um deles, Pinto Bandeira, acabou retornando à condição de distrito

do município gaúcho de Bento Gonçalves, por decisão da Justiça. O senador disse que a mudança constitucional resolverá, inclusive, a situação desses municípios.

A PEC 13/03 já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois de debatida pelo Plenário do Senado, retornou à comissão por ter recebido emendas.

## Senadores não chegam a consenso sobre regras para eleger suplente

Demostenes Torres apresenta na Comissão de Justiça substitutivo a sete propostas de emenda à Constituição, mas parlamentares sugerem alternativas

Na primeira reunião deste ano da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), realizada ontem especificamente para discutir as sete propostas de emenda à Constituição que tratam da suplência de senador, não houve consenso em torno do substitutivo apresentado pelo relator Demostenes Torres (DEM-GO).

O relator da matéria explicou o teor de seu substitutivo e várias sugestões feitas por senadores. Lembrou que, pelo texto, os suplentes seriam os candidatos mais votados entre os não-eleitos ao pleito e ainda que ficaria proibido senadores e deputados de assumirem cargos no Poder Executivo ou

de concorrerem a outros cargos até o fim de seus mandatos, salvo nas eleições imediatamente anteriores ao fim de seus mandatos.

Vários senadores posicionaram-se contrários à proposta, sugerindo novas alternativas. Dois dos parlamentares suplentes — Wellington Salgado (PMDB-MG) e Adelmir Santana (DEM-DF) —, além de Expedito Júnior (PR-RO), reba-teram críticas de que os suplentes não têm compromisso com a instituição, pois não teriam recebido votos.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Marconi Perillo (PSDB-GO) sugeriram que o suplente de senador seja o deputado mais votado dentro

do mesmo partido do titular que está se afastando e Sibá Machado (PT-AC) propôs que o substituto seja convocado somente em caso de afastamento temporário do titular.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Valter Pereira (PMDB-MS) defenderam eleição direta para suplente. Pedro Simon (PMDB-RS) sugeriu ao relator que faça uma ampla consulta sobre o assunto junto a entidades e autoridades, opinião semelhante à de Arthur Virgílio (PSDB-AM), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Para José Nery (PSOL-PA), é preciso pôr um fim ao nepotismo na suplência para o Senado.

## Maciel espera que decisão da CCJ ocorra no próximo dia 12

A votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do substitutivo de Demostenes Torres a sete propostas de emenda à Constituição que disciplinam as regras para a suplência de senador poderá ocorrer no dia 12 de março. A sugestão foi dada ontem pelo presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), que presidiu a reunião do colegiado convocada exclusivamente para discutir a matéria.

— E na próxima quarta [5 de março] daremos continuidade à discussão do assunto, que tem de ser tratado com muito cuidado, pois toda matéria que altera a Constituição tem que ser bastante pensada — afirmou Maciel aos membros da comissão.

Embora Demostenes Torres já tenha apresentado o substitutivo, Maciel apelou ao colega para que elabore uma nova proposta, “que seja resultado de um consenso com base nos debates sobre o assunto”.

### O mais votado

Pelo substitutivo, o suplente de senador poderá passar a ser o candidato mais votado no pleito em que foi eleito o titular, mesma regra já adotada para os deputados.

Atualmente, cada senador é eleito com dois suplentes escolhidos por ele próprio. Pelas regras atuais, o suplente é convocado nos casos de vaga, de investidura em funções pre-

vistas constitucionalmente ou de licença dos titulares, desde que por um período superior a 120 dias.

Com base no substitutivo elaborado por Demostenes, alterando os artigos 46, 54 e 56 da Constituição, o suplente somente será convocado no caso de vaga ocorrida a menos de 12 meses do término do mandato do titular ou de licença deste superior a 120 dias. Também fica proibido que senadores e deputados assumam cargos no Poder Executivo ou concorram a outros cargos até o fim de seus mandatos, salvo nas eleições imediatamente anteriores ao fim de seus mandatos.

Caso ocorra vaga e não haja suplente, a Constituição determina a realização de nova eleição se faltarem mais de 15 meses para o término do mandato. Pelo substitutivo proposto, no entanto, apenas haverá eleição caso ocorra vaga a menos de 12 meses do término do mandato.

### Autores

As sete PECs têm como primeiros signatários os seguintes senadores: Sibá Machado (PT-AC) — PEC 11/03; Jefferson Péres (PDT-AM) — PEC 8/04; Valdir Raupp (PMDB-RO) — PEC 42/04; Valter Pereira (PMDB-MS) — PEC 1/07; Expedito Júnior (PR-RO) — PEC 12/07; Tião Viana (PT-AC) — PEC 18/07; e Eduardo Suplicy (PT-SP) — PEC 55/07.

Leopoldo Silva



Ao lado de Marco Maciel, Demostenes Torres (D) expõe substitutivo aos integrantes da Comissão de Constituição e Justiça

## Wellington Salgado reclama de críticas da imprensa ao governo Lula

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) fez um “desabafo”, ontem, ao censurar parlamentares que usariam o Plenário do Senado para criticar o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Em sua opinião, o governo Lula apresenta ótimo desempenho, mas estaria sendo prejudicado por jornais e jornalistas que deixam de divulgar uma realidade positiva propiciada pelo

governo.

Ao mesmo tempo em que recomendou bom humor aos senadores, aconselhou os jornalistas a escreverem “o que sentem e não o que os editores mandam”, embora acredite que os que agirem assim se arrisquem a perder o emprego.

De acordo com Wellington Salgado, os números da economia, como o grande acúmulo de

reservas cambiais, a elevação da produção e do consumo e a queda do desemprego, provam que o governo Lula está sendo bem-sucedido e, portanto, merece o apoio dos políticos e da imprensa.

— Este é o governo mais fácil de defender — avaliou.

O parlamentar de Minas Gerais contou ainda que, em encontro com o ministro dos Transportes,

Alfredo Nascimento, o ministro das Comunicações, Hélio Costa, teria anunciado que o conversor da TV digital vai ser produzido em Manaus por R\$ 180. Wellington Salgado disse esperar, entretanto, que o governo possa conceder incentivos fiscais para que o conversor seja produzido no município mineiro de Santa Rita do Sapucaí.



Salgado afirma que “este é o governo mais fácil de defender”

Geraldo Magela



Heráclito: parlamentares são tratados de forma diferente na aprovação de emendas

## Heráclito diz que modelo brasileiro está falido

O modelo de elaboração do Orçamento adotado no Brasil, na opinião de Heráclito Fortes (DEM-PI), está “desgastado, falido, desmoralizado, e não pode mais continuar”. Ele afirmou que nem todos os parlamentares têm as mesmas oportunidades na hora da aprovação de emendas ao Orçamento e, por isso, o processo não é democrático.

– Existem os aproveitadores, os que não defendem o país, mas as empreiteiras. E, através de subterfúgios, impediram, por exemplo, o desdobramento de recursos orçamentários para os estados pobres do Nordeste – afirmou.



Segundo Valdir Raupp, só falta decisão de ministério para início das obras

## Raupp solicita liberação de verbas para três pontes

Valdir Raupp (PMDB-RO) reivindicou do governo federal a rápida liberação de verbas para a construção de três “importantes e fundamentais” pontes que ligarão Rondônia aos estados do Acre e Amazonas e à Bolívia. O senador informou que as verbas para as obras já constam do Orçamento da União e, agora, só falta a decisão do Ministério dos Transportes sobre o início da construção.

As pontes ficarão sobre o rio Madeira, em Porto Velho e em Abunã, distrito de Porto Velho, e sobre o rio Mamoré, na BR 425, em Guajará-Mirim, ligando o estado ao território boliviano.

Após protesto do PSDB contra anexo de metas, presidente do Senado diz que vai propor a criação de uma comissão para discutir nova forma de tramitação do Orçamento

# Garibaldi defende mudanças no sistema orçamentário brasileiro

Mudanças no funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO) foram defendidas pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

– Não podemos ficar à mercê de uma Comissão de Orçamento que compromete o Congresso, o Senado, a Câmara e todos os parlamentares. Não estou dizendo que todos são responsáveis por isso que está havendo, mas são alguns que insistem em realizar determinadas manobras – disse.

O senador se referia à aprovação ontem, pela comissão mista, no relatório final do Orçamento 2008, de um anexo de metas e prioridades, com R\$ 534 milhões para obras a partir de emendas de parlamentares. Garibaldi adiantou que pretende se reunir com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia – assim que o deputado retornar da viagem a Quito, no Equador –, para propor a criação de uma comissão que



Garibaldi prevê para quarta-feira a votação do relatório final pelo Plenário do Congresso

discuta mudanças na tramitação do Orçamento. Em sua avaliação, apesar de representar um avanço, a Resolução 1/06, que rege a tramitação da peça orçamentária no Congresso e passou a vigorar em 2007, não é suficiente. É preciso avançar muito mais – observou.

O presidente do Senado disse acreditar que a sessão do Congresso em que será votado o relatório

final à proposta orçamentária para 2008 será realizada na quarta-feira, prazo “impreterível”. A decisão, no entanto, depende de conversa com o presidente da Câmara.

– Se não for apreciado logo, teremos pela frente uma enxurrada de medidas provisórias. O governo não vai mais esperar. Os recursos precisam ser liberados para as obras do PAC – afirmou.

## PSDB anuncia a retirada de integrantes da CMO

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), entregou um ofício solicitando a retirada de todos os senadores do partido da Comissão Mista de Orçamento: os membros titulares, Sérgio Guerra (PE) e Cícero Lucena (PB), e os suplentes Flexa Ribeiro (PA) e Lúcia Vânia (GO). Segundo Virgílio, o líder da bancada na Câmara, José Aníbal, fará o mesmo em relação aos deputados.

O partido protesta contra a manutenção do anexo de metas que destina R\$ 534 milhões indicados para projetos por 16 bancadas esta-

duais e 96 deputados e senadores, à parte das emendas individuais e coletivas normalmente previstas. Essa verba, disse Virgílio, “é para realizarem privilégios à revelia do bom senso”. De acordo com ele, o anexo “coloca sob suspeição os trabalhos da comissão”.

O líder disse que um entendimento fora firmado no gabinete do presidente do Senado para que fosse eliminado esse anexo. Ele anunciou também que seu partido vai “obstaculizar duramente” a aprovação da peça orçamentária no Congresso e manter a obstru-

ção dos trabalhos do Senado.

Virgílio protestou contra os cortes de “recursos essenciais para o funcionamento da Justiça brasileira” e contra o corte de verbas para estados “dirigidos por figuras eleitas pela oposição”.

O senador afirmou que a CMO “talvez mereça uma CPI” para esclarecer o caso do anexo, e lembrou que o presidente do seu partido, senador Sérgio Guerra, propôs o fim da Comissão de Orçamento. O documento passaria a ser discutido nas comissões temáticas da Câmara e do Senado.

## Comissão de Orçamento conclui votação do relatório

A Comissão Mista de Orçamento concluiu ontem a votação do relatório final do Orçamento 2008, depois de examinar 571 destaques apresentados ao texto-base, que havia sido aprovado na noite anterior.

A reunião foi marcada pela discussão em torno de destaques para votação em separado apresentados pelo deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), para a retirada de recursos de obras em diversos estados que, na avaliação do parlamentar, foram orçadas a

preços exorbitantes. Foi acolhido destaque que retirava R\$ 289 milhões em investimentos para o anel rodoviário da cidade de São Paulo. As verbas cortadas, no entanto, deverão ser recuperadas na votação do relatório pelo Plenário do Congresso, prevista para a próxima semana. O relator-geral do Orçamento de 2008, deputado José Pimentel (PT-CE), comprometeu-se a incluir a diferença em adendo que, segundo ele, também conterà ajustes relativos a outras pendências, caso do pleito para a

recomposição dos recursos para subsídios ao setor agrícola.

Giovanni Queiroz concordou em retirar 18 destaques – inclusive os referentes a obras na Câmara dos Deputados: dois novos anexos e reforma de imóveis funcionais – em troca da aprovação de mais quatro. Esses últimos, todos aprovados, referiam-se a prédios-sedes de tribunais em Brasília.

Pimentel confirmou que o relatório vai a Plenário com o anexo de metas e prioridades, apesar dos protestos do PSDB.

## Para José Maranhão, aprovação de anexo foi feita com lisura

O senador José Maranhão (PMDB-PB), presidente da Comissão de Orçamento, afirmou em discurso que os integrantes da comissão agiram “com absoluta lisura e legalidade” ao incluir o anexo de metas e prioridades no projeto do Orçamento.

Ele explicou que a Constituição exige compatibilidade entre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o Plano Plurianual (PPA). O problema, segundo o senador, surgiu porque o governo não incluiu o anexo no projeto da LDO para 2008, argumentando que o PPA em vigor em meados de 2007 era do governo passado, e não do novo governo, apesar de o presidente da República ter sido reeleito. Ou seja, o governo não queria seguir em 2008 as prioridades fixadas quatro anos antes.

Maranhão afirmou que, para cumprir a Constituição, a Comissão de Orçamento decidiu então introduzir o anexo na LDO para 2008. Posteriormente, a comissão fez o mesmo com o PPA e com o projeto de Orçamento para 2008. Em todas as ocasiões, os parlamentares do governo puderam apresentar emendas conforme as novas prioridades. O senador destacou que os representantes do PSDB na CMO aprovaram à época tais decisões.

### CPI sobre anexo de metas

Em aparte, Arthur Virgílio voltou a manifestar suspeita sobre as emendas que os parlamentares fizeram ao anexo, e disse que analisará com seu partido a possibilidade de colher assinaturas para uma CPI sobre o caso. O relator José Pimentel afirmou que assinará o pedido de CPI, pois, a seu ver, ela iria mostrar que a CMO agiu de forma legal e ética.

Heráclito Fortes (DEM-PI) reclamou que a CMO cortou verbas para projetos de irrigação do Piauí, e as direcionou para o Centro-Oeste. Ele ouviu de Maranhão que o problema deverá ser resolvido durante a votação do projeto do Orçamento no Plenário.



Maranhão: senadores do PSDB aprovaram decisões quando elas foram tomadas



Expedito Júnior: governador investe muito em Rondônia

### Expedito Júnior elogia gestão de Ivo Cassol

Expedito Júnior (PR-RO) elogiou a gestão de Ivo Cassol em Rondônia. Na opinião do senador, Cassol é o governador que mais investiu e investe no estado, melhorando a segurança pública, a agricultura, o transporte escolar e as estradas. Expedito Júnior também voltou a reivindicar a transferência de quase 30 mil servidores do antigo território de Rondônia para a União. Ele lembrou que isso já foi feito no Amapá e em Roraima e indagou por que Rondônia não teve o mesmo tratamento.



Hospital não funciona em sua totalidade, diz Flexa Ribeiro

### Flexa Ribeiro relata visita a Santarém

A visita de membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) ao Hospital Regional Público do Oeste, em Santarém (PA), foi relatada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Inaugurado em dezembro de 2006, o hospital ainda não funciona em sua totalidade, apesar de já ter consumido mais de R\$ 100 milhões desde sua construção, disse o senador. Ele acrescentou que, mesmo equipada, a unidade hospitalar não atende aos casos mais complexos.

Governo deve editar nos próximos dias medida provisória estabelecendo o valor de R\$ 412,40 para salário a partir do dia 1º, com aumento de 8,5%

## MPs impedem votação do projeto que reajusta mínimo

O projeto que trata da política de reajuste do salário mínimo aguarda inclusão na ordem do dia do Senado para ser votado em Plenário. A matéria (PLC 42/07) já foi aprovada no Plenário da Câmara e nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, tendo sido enviada pelo Poder Executivo (Mensagem 40/07) ao Congresso como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Pelo fato de a pauta do Senado estar travada por medidas provisórias (MPs), que precisam ser votadas antes das demais matérias, o governo deverá editar, nos próximos dias, uma MP estabelecendo o novo valor do salário mínimo para vigorar a partir deste



sábado, 1º de março. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, já anunciou que o mínimo deverá passar dos atuais R\$ 380 para R\$ 412,40, o que representa um aumento de 8,5%, correspondente à variação da inflação do período mais o crescimento do PIB de dois anos atrás (2006).

Os critérios de reajuste, acertados pelo governo com as centrais sindicais, seguem as regras estabelecidas pelo PLC 42/07. Por esse projeto, os reajustes do salário mínimo serão antecipados em um mês por ano entre 2008 e 2011, até que a majoração ocorra em 1º de janeiro. Os reajustes do mínimo passarão a vigorar, portanto, a partir das seguintes datas: 1º de março de 2008; 1º de fevereiro de 2009; 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2011.

Os parâmetros para o aumento do mínimo correspondem à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – calculado pelo IBGE –, apurada entre o mês do último reajuste e o mês imediatamente anterior ao reajuste de cada ano.

## Senadores cobram aumento de aposentadoria

Em debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os senadores Paulo Paim (PT-RS), Flávio Arns (PT-PR) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defenderam ontem urgência na aprovação de propostas que assegurem a recuperação dos valores de aposentadorias e pensões. Ao destacarem os impactos positivos da elevação do sa-

lário mínimo a R\$ 412,40, eles cobraram do governo a adoção de uma política de aumento nos rendimentos dos aposentados.

Paim lembrou sua luta para que o valor do mínimo equivalêsse a US\$ 100 e as críticas que recebia, sendo chamado de “demagogo e sonhador”. Ele ressaltou que continua lutando para que “um dia o mínimo chegue a mil dólares”.

Ao elogiar a sessão em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, realizada no Senado, Flávio Arns alertou para a urgência de criação de uma política capaz de recompor as aposentadorias.

Mesquita Júnior disse reconhecer o acerto do governo Lula em promover mudanças capazes de permitir a melhoria da renda dos trabalhadores.

## Audiência debaterá como facilitar adoção

Formas de acelerar o processo de adoção no Brasil serão discutidas em audiência a ser promovida pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

Requerimento de Inácio Arruda (PCdoB-CE) para a realização do debate foi acolhido ontem na CDH. A comissão aprovou ainda requerimento de Ideli Salvatti (PT-SC) para realização de debate sobre o

tema “A mulher no espaço do poder”, como parte das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Também na CDH, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) sugeriu que os 300 medalhistas da 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas sejam homenageados pelo Senado.

Ao elogiar a olimpíada, que encerrou-se na terça-feira, Marcelo Crivella

(PRB-RJ) destacou esforço do estudante Ricardo de Oliveira da Silva, “portador de deficiência grave, tetraplegia, filho de família humilde do interior do Ceará”, que foi um dos condecorados com medalha de ouro no evento.

Na mesma reunião, José Nery (PSOL-PA) manifestou preocupação com a falta de transporte escolar nas áreas ribeirinhas da região amazônica.



Mão Santa pede reajuste digno para benefícios do INSS

### Mão Santa: Lula está devendo aos velhinhos

Mão Santa (PMDB-PI) cobrou do governo um reajuste digno para os benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. O senador se disse “envergonhado” pelo fato de a lista dos vetos presidenciais a serem apreciados na próxima quinta-feira não incluir o que impediu o aumento de 16,67% para essas aposentadorias e pensões.

– Esse governo vive de mentira em mentira. Disse que é credor, que não deve mais ao exterior, mas está devendo aos velhinhos, que estão desamparados.



“Aposentados mostraram suas dificuldades”, diz Mário Couto

### Mário Couto quer mais atenção para aposentados

Após lembrar a sessão especial do Senado em homenagem a aposentados e pensionistas, o senador Mário Couto (PSDB-PA) cobrou do governo federal mais atenção para essas categorias. Segundo recordou, ambas já apresentaram diversas reivindicações ao ministro da Previdência e Assistência Social, Luiz Marinho.

– Mostraram a defasagem de seus salários, encaminharam aos senadores os seus contracheques e mostraram a todos nós a dificuldade em que vive o aposentado em nosso país.

### Garibaldi responde a Alvaro Dias

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, informou ser da competência do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo “que exorbitem do poder regulamentar”. Ele respondeu a questão de Alvaro Dias (PSDB-PR) em que o senador pede providências ao Senado sobre o decreto publicado pelo Poder Executivo que regulamentou a loteria Timemania.

### Mesquita Júnior se solidariza com advogados

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) apelou ao governo para que cumpra acordo de melhoria salarial das carreiras da advocacia pública federal, firmado em novembro de 2007. O senador disse que “o governo sinaliza para o descumprimento” dos termos acertados com a categoria. Os integrantes da carreira reclamam equiparação ou aproximação salarial com os procuradores federais e com a magistratura.

### Paulo Duque elogia serviço médico da Casa

A Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado (Sams) recebeu elogios de Paulo Duque (PMDB-RJ), que a considerou “um dos melhores hospitais de Brasília”. Ele afirmou que senadores e servidores contam com um serviço de uma equipe “perfeccionista” chefiada pelo dr. Paulo Roberto Rodrigues Ramalho. Para o senador, a Sams é um entre vários exemplos de bom funcionamento na Casa.



Mesquita afirma que é preciso oferecer motivação ao povo cubano

## Mesquita apóia entrada de Cuba no Mercosul

A entrada de Cuba no Mercosul foi defendida por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), como forma de “oferecer ao povo cubano o discurso e a motivação para que o país inicie a caminhada rumo à consolidação da sua revolução pelo viés democrático”.

O senador citou notícia do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual o presidente Lula afirmou que não seria “politicamente correto” o Brasil interferir no processo de transição cubano, mas que há uma disposição do governo em ajudar Cuba como parceiro regional.

## Camata defende intervenção da OEA na Colômbia

Ao comentar notícia sobre a nova libertação de reféns pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu uma intervenção de tropas militares dos países integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) na Colômbia.

O senador tomou como exemplo bem-sucedido a intervenção de tropas brasileiras no Haiti, considerando um desrespeito inaceitável aos direitos humanos a situação de milhares de cidadãos colombianos seqüestrados pelas Farc.



Camata considera inaceitável haver milhares de seqüestrados

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprova indicações de três diplomatas para representação brasileira no exterior

# Embaixador vê chance para brasileiro na Arábia Saudita

Existem “oportunidades crescentes” na Arábia Saudita para empresas brasileiras de setores como energia e telecomunicações, disse Sérgio Luiz Canaes, cuja indicação para o cargo de embaixador em Riade recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores (CRE). Ele observou que o país árabe vai investir US\$ 1,5 trilhão nos próximos dez anos em obras de infra-estrutura.

O comércio bilateral – atualmente de US\$ 3,2 bilhões anuais – é levemente deficitário para o Brasil. Mas o esforço exportador brasileiro poderá alterar esse quadro nos próximos anos, previu o indicado, após lembrar que a Embraer vendeu 20 aviões para a Arábia Saudita entre 2005 e 2007. O relator da mensagem de indicação de Canaes, Cristovam Buarque (PDT-DF), considerou importantes os esforços de

aproximação com a Arábia Saudita – que detém um quarto das reservas mundiais de petróleo – e com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep). Canaes exercerá também, cumulativamente, os cargos de embaixador junto à República do Iêmen e ao Sultanato de Omã.

### Eslovênia

A CRE aprovou também pareceres favoráveis às indicações de Débora Vainer Barenboim e Maria Auxiliadora Figueiredo para os cargos de embaixadoras, respectivamente, na Eslovênia e na Costa do Marfim.

Débora elogiou a consolidação democrática da Eslovênia, que definiu como um “país jovem em uma região conturbada”, e anunciou a intenção brasileira de estabelecer um entreposto comercial no porto de Koper, naquele país. As relações diplomáticas entre Brasil e Eslovênia foram

estabelecidas em 1992. Débora será a primeira embaixadora brasileira no país. E o governo esloveno decidirá em breve, segundo o relator da indicação, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), se abre uma embaixada em Brasília ou um escritório de representação comercial em São Paulo.

Já Maria Auxiliadora exercerá cumulativamente o cargo de embaixadora na Costa do Marfim com os na Libéria e na Serra Leoa. Ela afirmou que o governo brasileiro pretende cooperar nos processos de busca de paz nos três países, afetados por conflitos internos, e ressaltou que esses países podem representar um “imenso mercado” para empresas brasileiras de construção civil e mineração. O relator da indicação de seu nome foi César Borges (PR-BA). Todas as mensagens de indicação serão submetidas ao Plenário.



Sérgio Luiz Canaes, Maria Auxiliadora Figueiredo, Heráclito Fortes, Eduardo Azeredo e Débora Barenboim na CRE

## Maus-tratos a brasileiros no exterior em debate

A física brasileira Patrícia Camargo Magalhães, que foi deportada da Espanha quando fez escala no país a caminho de um congresso científico em Lisboa, será convidada a participar de uma audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre os maus-tratos sofridos por brasileiros no exterior.

A audiência será realizada por iniciativa de Eduardo Suplicy (PT-SP). A sugestão de incluir o nome de Patrícia entre os participantes partiu do presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI).

## CRE acolhe projeto que amplia quadro da Marinha

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, por unanimidade, parecer do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) a projeto de lei da Câmara (PLC 11/08) que amplia o quadro de oficiais e praças da Marinha. A proposta visa adequar o limite do efetivo da corporação às suas atuais demandas e possibilita a atualização dos soldos das categorias.

De acordo com o relatório acolhido, a proposição não causará impacto orçamentário-financeiro nas contas públicas.

# Campos cobra empenho do governo na crise da carne

Ao comentar as recentes negociações entre União Européia e Brasil em relação à carne brasileira, o senador Jayme Campos (DEM-MT) cobrou ontem mais empenho do Poder Executivo, em especial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no tocante às exigências européias que restringiram a apenas 106 propriedades brasileiras a possibilidade de exportação do produto. Dessas propriedades consideradas aptas para exportar para a União Européia, informou o senador, apenas quatro se localizam em Mato Grosso.

Jayme Campos informou que Mato Grosso tem mais de 100 mil propriedades rurais, e 3.600 delas são credenciadas pelo Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov). Dessas 3.600, acrescentou o senador, 1.700 estão em áreas habilitadas para exportação para o continente europeu. São 27 milhões



Para Campos, pecuaristas de Mato Grosso foram muito prejudicados

de cabeças de gado apenas em Mato Grosso, completo. O senador chegou a levantar suspeitas de que as negociações poderiam ter por fim diminuir o preço da carne por interesses de caráter eleitoral.

Jayme Campos aproveitou para defender a federalização de rodovias de Mato Grosso. Ele informou que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou na quarta-feira projetos que federalizam as diversas rodovias do estado e pediu agilidade na tramitação das matérias no Congresso.

## Nery pede solidariedade e fim de bloqueio a Cuba

Ao comentar o afastamento do ex-presidente de Cuba Fidel Castro, o senador José Nery (PSOL-PA) solidarizou-se com o povo cubano e defendeu o fim do bloqueio econômico estabelecido pelos Estados Unidos há quase 50 anos. Para ele, Fidel Castro é uma referência mundial de luta e resistência e está “cravado” na história latino-americana.

– Houve 22 tentativas de assassinato pelo Serviço Secreto americano. Houve tentativas de invasão a Cuba, como a da Baía dos Porcos, no tempo do governo Kennedy, e tantas outras, mas o regime resistiu heroicamente. Mais do que isso, Fidel Castro colocou Cuba na geografia mundial pelos inúmeros resultados positivos alcançados pela revolução – comentou.

José Nery também lembrou que, com o fim da União Soviética e o reforço do bloqueio econômico dos Estados Unidos, Cuba per-



Representante do PSOL critica política dos Estados Unidos

deu 90% das importações de petróleo, 80% do seu comércio exterior e 34% do produto interno bruto (PIB). Frente a esse quadro, o parlamentar disse que o governo cubano precisou tomar medidas drásticas de racionalização do uso de energia e de derivados de petróleo, implantando um planejamento chamado “Período Especial”, que criou espaços para a iniciativa privada nas áreas de mineração e turismo, além da permissão para negócios autônomos e o cooperativismo nas áreas rurais.

# Em sessão especial, Senado homenageia Jonas Pinheiro

**L**ucidez do trabalho legislativo, seriedade e personalidade discreta foram características apontadas ontem pelos 18 oradores, durante homenagem do Senado, em sessão especial, à memória do senador Jonas Pinheiro, falecido no último dia 19.

Natural de Santo Antônio de Leverger (MT), Jonas Pinheiro estava no segundo mandato como senador por Mato Grosso, após ter sido deputado federal por três mandatos (1983 a 1995). Formado em Medicina Veterinária, teve sua atuação política marcada pela defesa dos interesses dos produtores e trabalhadores rurais.



Com a foto de Jonas Pinheiro no telão, Garibaldi preside sessão, ao lado de Celcita Pinheiro (viúva), Giorgio (filho) e Jayme Campos

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, ao abrir a sessão, enalteceu a atividade do parlamentar como representante do homem do campo. Estavam presentes, além de familiares de Jonas

Pinheiro – a viúva, Celcita, e seus filhos Giani e Giorgio –, produtores rurais; o vice-presidente do Banco do Brasil Maguito Vilela; e o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio Meirelles, entre outros.

Foi colocado no Plenário um telão com a foto de Jonas Pinheiro e uma de suas citações favoritas: “O povo é simples e quer coisas simples como alimentação e moradia. Quer também escolas e hospitais, mas precisa, sobretudo, de condições dignas de trabalho e de renda”. A homenagem foi requerida por Jayme Campos e Marconi Perillo.

## GARIBALDI ALVES

**P**ara Garibaldi Alves, a atuação do senador mato-grossense será sempre lembrada pelo Congresso e, sobretudo, pelos que estão no campo “à espera de que possa surgir outro Jonas Pinheiro para defender a sua causa e a sua luta”.

## MARCO MACIEL

**D**estacando o exemplo de dedicação e desejo de servir ao país e às suas instituições, demonstrado por Jonas Pinheiro, Marco Maciel (DEM-PE) afirmou que os senadores devem dar continuidade às ações que o homenageado iniciou na Casa. Ele disse que Jonas “se voltava com dedicação quase religiosa” ao agronegócio.

## MARCELO CRIVELLA

**S**egundo Marcelo Crivella (PRB-RJ), a presença de Jonas Pinheiro era motivo de admiração e respeito dos parlamentares, pois nunca teve seu nome envolvido em escândalos. Disse que Jonas conhecia as dificuldades do agricultor.

## KÁTIA ABREU

**E**ntre as qualidades do homenageado, Kátia Abreu (DEM-TO) enalteceu a discrição e a serenidade que, avaliou, não escondiam sua luta incansável em defesa do setor agropecuário. Lembrou que o senador falecido defendia aumento da oferta de emprego e vida com dignidade para o pequeno agricultor.

## LÚCIA VÂNIA

**O**falecimento de Jonas Pinheiro, na opinião de Lúcia Vânia (PSDB-GO), deixou “enorme vazio” no Senado, especialmente para a bancada do Centro-Oeste, acostumada a trocar idéias com o senador sobre os problemas da região.

## JOSÉ AGRIPINO

**N**a opinião de José Agripino (DEM-RN), Jonas Pinheiro foi protagonista do processo que transformou Mato Grosso em um grande produtor de carne e de grãos. Para o senador, as histórias daquele estado e do homenageado se confundem, uma vez que Mato Grosso se desenvolveu enquanto crescia a figura do político.

## EDUARDO AZEREDO

**N**a avaliação de Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Jonas Pinheiro era um homem preocupado não apenas com a agricultura, mas também com os problemas gerais do Brasil. A reforma tributária, lembrou, era um dos temas abordados pelo parlamentar falecido, bem como a renegociação da dívida rural.

## MARCONI PERILLO

**A** importância de Jonas Pinheiro para a região Centro-Oeste, como defensor dos agricultores e pecuaristas, foi destacada por Marconi Perillo (PSDB-GO). Ele disse que o senador vinha se dedicando ao equacionamento das dívidas dos produtores rurais.

## GILBERTO GOELLNER

**A**o enaltecer a figura discreta de Jonas Pinheiro, de quem era primeiro suplente, Gilberto Goellner (DEM-MT) enfatizou que a responsabilidade de substituí-lo no Senado é enorme. Segundo afirmou, Jonas conseguiu ser simples, mas também grande, e por isso obtinha resultados concretos.

## VALTER PEREIRA

**A** pesar de Jonas Pinheiro defender a exploração econômica do solo, ele também tinha preocupação com a saúde do trabalhador rural, bem como com a preservação do meio ambiente, declarou Valter Pereira (PMDB-MS).

## JAYME CAMPOS

**C**onforme o depoimento de Jayme Campos (DEM-MT), Jonas Pinheiro foi um defensor tanto do agronegócio e dos pequenos produtores e assentados rurais como também dos trabalhadores urbanos. Segundo destacou, o parlamentar mato-grossense tinha convicções firmes de seus princípios éticos.

## CÉSAR BORGES

**A**ntes de ser político, lembrou César Borges (PR-BA), Jonas Pinheiro era médico veterinário “que amava sua profissão e propunha avanços científicos e técnicos que trouxessem desenvolvimento e prosperidade para a população brasileira”.

## CRISTOVAM BUARQUE

**U**ma figura preocupada com a situação de seu estado – Mato Grosso – e com a agricultura brasileira, assim Cristovam Buarque (PDT-DF) definiu Jonas Pinheiro, acrescentando que o Senado Federal sentirá sua falta.

## SERYS SLHESARENKO

**N**o seu discurso, Serys Slhessarenko (PT-MT) observou que, com a ausência de Jonas Pinheiro, ela, Jayme Campos e Gilberto Goellner terão responsabilidade maior na defesa dos agricultores de Mato Grosso. Afirmou que os senadores mato-grossenses sempre buscam defender os interesses do estado.

## MÃO SANTA

**U**m exemplo de honradez e respeito no exercício do mandato, disse Mão Santa (PMDB-PI) em sua homenagem a Jonas Pinheiro, que classificou como “símbolo da firmeza e integridade que caracterizam a verdadeira família brasileira”.

## FLEXA RIBEIRO

**N**a homenagem a Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez questão de lembrar a amizade e a capacidade de diálogo que caracterizava o representante mato-grossense. Conforme ressaltou, tratava-se de “um obstinado, um incansável” na busca de soluções para os problemas do agronegócio brasileiro.

## EDUARDO SUPLYCY

**F**alando como representante do PT, Eduardo Suplicy (SP) assinalou que o homenageado, quando tratava dos problemas do campo no Senado, era muito ouvido. “Jonas Pinheiro soube honrar o povo de Mato Grosso e a Casa”.

## MESQUITA JÚNIOR

**Q**uando usava a tribuna, Jonas Pinheiro mostrava um posicionamento firme e ponderado. A constatação foi feita por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que, conforme salientou, partilhava com o senador por Mato Grosso as preocupações em torno dos problemas vividos pelo homem do campo.